



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0001

SOLICITAÇÃO DE COMPRA

Solicito que ao Presidente da Comissão de Licitação formalize processo de Inexigibilidade para a contratação da Empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, CNPJ nº 12.137.995/0001-16, para que seja ministrado curso com o tema CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA, nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2023, a ser realizado no Município de Curitiba-PR, com um custo total R\$ 2.690,00 (dois mil seiscientos e noventa reais). O curso será oferecido 01 agente público (servidor) desta Casa de Leis. Providenciando-se inclusive os documentos pertinentes a formalização do respectivo processo administrativo, inclusive as certidões negativas do eventual contratante. Solicita-se que posteriormente seja encaminhado os autos do processo ao departamento contábil e ao departamento jurídico com o fim de atender as formalidade legais, em especial para que seja emitido parecer quanto à legalidade de eventual contratação direta.

A empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME atua no setor de serviço de treinamento em desenvolvimento profissional desde 24/06/2010, conforme certidão da inscrição no CNPJ da Receita Federal em anexo. O conteúdo programático detalhado do curso segue em anexo. A tabela a seguir discrimina detalhadamente o valor individual de cada curso bem com indica se houve algum desconto promocional:

Curso	Valor Unitário do curso por inscrito*	Quantidade de inscrições	Dias	Programação
CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E JURISTA	R\$ 2.690,00 (um mil seiscientos e noventa reais)	01 Agentes Públicos	23, 24 e 25 de maio de 2023.	Dia 23/05/2023 - Das 09:00h as 11:00h: Inscrições e credenciamento dos Alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio. Consultoria Técnica e de apoio aos Alunos presentes. Coordenadores: Normélio Schneider e Angélica Leticia Moura. Dia 23/05/2023 - Das



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

002

				<p>11:00h as 12:00h: Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados. Participação do Dr. Fernando Guimarães – Presidente do TCE/PR.</p> <p>Dia 23/05/2023 - Das 14:00h as 15:00h: Processos no Tribunal de Contas e Responsabilização da Nova Prestação de Contas conforme o STF e o TCE/PR. Professor: Dr Fernando Guimarães – Presidente do TCE/PR.</p> <p>Dia 23/05/2023 - Das 15:00h as 17:00h: (Parte I) A atuação dos Advogados Públicos Municipais Prerrogativas, direitos e deveres do Procurador como Servidor e como Jurista. Professor: Dr. Bruno Grego Santos</p> <p>Dia 24/05/2023 - Das 09:00h as 17:00h: (Parte II) A atuação dos Advogados Públicos Municipais Prerrogativas, direitos e deveres do Procurador como Servidor e como Jurista. Professor: Dr. Bruno Grego Santos Professora: Dra. Camille Lima Cardoso Faccin.</p> <p>Dia 25/05/2023 - Das</p>
--	--	--	--	--



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0003

				09:00h as 11:00h: Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos Certificados. Coordenadores: Normélio Schneider e Angélica Leticia Moura.
Valor Total:	R\$ 2.690,00			

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO:

A Presidente da Mesa Executiva desta Casa de Leis que subscreve ao final, requer a instauração de procedimento administrativo para a contratação da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, CNPJ nº 12.137.995/0001-16 por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93, tendo em vista a **INVIABILIDADE DE LICITAÇÃO** em virtude das características do próprio objeto ou do negócio a ser contratado, haja vista que para o serviço de treinamento e capacitação, neste caso em específico, não é possível a adoção de elementos objetivos para escolha do prestador do serviço. Neste sentido, o serviço a ser contratado assume características de serviço de natureza singular, pois o treinamento é específico na matéria supramencionada.

Considerando que o princípio da impessoalidade rege os procedimentos licitatórios e com o intuito de demonstrar a ausência de favorecimento indevido a empresa já referida, bem como com o fim de justificar a inexigibilidade, anexou-se os documentos que se entendeu oportunos para indicar a idoneidade e competência técnica da empresa supracitada para a prestação dos serviços. Registre-se que existe pertinência dos cursos oferecidos com a função dos agentes públicos a serem inscritos.

Quanto ao preço pelo serviço a ser prestado se esclareça que todos os custos estão inclusos no valor unitário por inscrito.

Assim, para atender ao princípio da eficiência que consta expressamente do caput do art. 37 da Constituição da República de 88, aplicável inclusive aos Municípios enquanto entes da Administração Pública Direta, é necessário o contínuo aperfeiçoamento dos agentes públicos, uma vez que segundo a Ordem Constitucional brasileira compete às Câmaras de Vereadores legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária mediante controle externo sobre o a Administração Pública Municipal com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.

De maneira sucinta o curso explanará sobre:



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

OS PROCESSOS NO TRIBUNAL DE CONTAS

1.1 Responsabilização da nova Prestação de Contas Conforme o STF e o TCE/PR.

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

2.1 Competência e Controle

O PROCURADOR SERVIDOR

3.1 Regime Funcional Especial; 3.1.1 Questões Gerais; 3.1.2 Controle de Frequência e Carga Horária; 3.1.3 Regime de Trabalho Remoto; 3.1.4 Tempo Integral e Dedicção Exclusiva; 3.2 Honorários Sucumbenciais; 3.3 Responsabilidade Pessoal do Parecer; 3.4 Cargos e Comissão e Funções Gratificadas; 3.5 Incompatibilidade e Impedimentos na Advocacia Privada; 3.6 Possibilidades de Contratação e Terceirização.

O PROCURADOR JURISTA

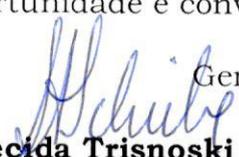
4.1 Atuação Administrativa; 4.1.1 Reflexos Municipais da Lei de Improbidade Administrativa; 4.1.2 Compartilhamento de Controle Interno e Comissão de Licitação entre os Poderes; 4.1.3 Regime de Precatórios Municipais; 4.1.4 Processo, Técnica e Redação Legislativa; 4.1.5 Atuação em Comissões Processante; 4.2 Atuação Judicial; 4.2.1 Fazenda Pública e suas Prerrogativas; 4.2.2 Controle de Constitucionalidade de Normas Municipais; 4.2.3 O Procurador e os Processos Licitatórios no Âmbito da Lei 14.133/20; 4.2.4 Execução e Protesto de Dívida Ativa; 4.2.5 Informações no Mandado de Segurança.

Por esta razão a contratação do curso de capacitação e treinamento dos agentes públicos é justificável para atender ao interesse do Município.

Ressalte-se desde já que a opção pelo tema do curso, caberá exclusivamente ao agente público e/ou servidor, visto que a análise que se faz neste momento, é perfunctória, e significa que em tese estão atendidos os interesses públicos.

Assim, diante da impossibilidade de submeter a contratação dos serviços de treinamento e aperfeiçoamento à competição está afastado o dever geral de licitar, constante do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Por estas razões e com fundamento nas justificativas apresentadas, depois de procedido as formalidades legais, em especial para que seja emitido parecer contábil e jurídico, que o processo administrativo retorne para que a contratação da prestação de serviço objeto desta solicitação seja submetida ao juízo discricionário de oportunidade e conveniência do ordenador da despesa.

General Carneiro, 19 de maio de 2023.


Sandra Aparecida Trisnoski Scheibe
PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA

CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I

PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA

**DIAS 23, 24, E 25
DE MAIO/2023 - CURITIBA / PR**

REALIZAÇÃO:



*Treinamento e Capacitação
em Gestão Pública*



PALESTRANTES E PARTICIPAÇÕES

0006



Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE-PR) (PALESTRANTE)



Dra. Camille Lima Faccin

CONSULTORA E EX-PROCURADORA (PALESTRANTE)



Prof. Dr. Bruno Grego Santos

(PALESTRANTE)

INSCRIÇÕES



(45) 99837-0304

(45) 99934-1188



contato@nstreinos.com.br



Hotel Nikko

Curitiba - PR

INVESTIMENTO



R\$ 2.690,00

(Dois mil seiscentos e noventa reais)
Incluso material de apoio: Apostila, Certificado e Coffee Break



Empenho e Depósito em nome de:
**SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO
PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA**

CNPJ: 12.137.995/0001-16



PIX: 12.137.995/0001-16



Banco do Brasil / Ag.: 0959-8 / C/C: 38019-9

FORMA DE PAGAMENTO

PROGRAMAÇÃO:

 Dia 23/05/2023 - Das 9h00 às 11h00:

- Inscrições e credenciamento dos alunos;
- Entrega das Apostilas e material de apoio;
- Consultoria técnica e de apoio aos alunos presentes.

Coordenadores: Norméllo Schneider
Angélica Letícia Moura

 Dia 23/05/2023 - Das 11h00 às 12h00:

- Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados
- Participação do Dr. Fernando Guimarães - Presidente do TCE/PR

 Dia 23/05/2023 - Das 14h00 às 15h00:

- Processos no Tribunal de Contas e Responsabilização na Nova Prestação de Contas conforme o STF e o TCE/PR.

Professor: Dr. Fernando Guimarães - TCE/PR

 Dia 23/05/2023 - Das 15h00 às 17h00 (Parte I):

- A atuação dos Advogados Públicos Municipais, prerrogativas, direitos e deveres do Procurador como Servidor e como Jurista.

Professor: Dr. Bruno Grego Santos

 Dia 24/05/2023 - Das 9h00 às 17h00 (Parte II):

- A atuação dos Advogados Públicos Municipais, prerrogativas, direitos e deveres do Procurador como Servidor e como Jurista.

Professor: Dr. Bruno Grego Santos
Professora: Dra. Camille Lima Cardoso Faccin

 Dia 25/05/2023 - Das 9h00 às 11h00:

- Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos certificados.

Coordenadores: Norméllo Schneider
Angélica Letícia Moura

0007

TEMÁRIO

0008

- 1** OS PROCESSOS NO TRIBUNAL DE CONTAS
- 1.1 Responsabilização na nova Prestação de Contas conforme entendimentos do STF e o TCE/PR.

- 2** REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
- 2.1 Competência e Controle.

- 3** O PROCURADOR SERVIDOR
- 3.1 Regime Funcional Especial;
 - 3.1.1 Questões Gerais;
 - 3.1.2 Controle de Frequência e Carga Horária;
 - 3.1.3 Regime de Trabalho Remoto;
 - 3.1.4 Tempo Integral e Dedicção Exclusiva;
 - 3.2 Honorários Sucumbenciais;
 - 3.3 Responsabilidade Pessoal por Pareceres;
 - 3.4 Cargos em Comissão e Funções Gratificadas;
 - 3.5 Incompatibilidade e Impedimentos na Advocacia Privada;
 - 3.6 Possibilidades de Contratação e Terceirização.

- 4** O PROCURADOR JURISTA
- 4.1 Atuação Administrativa;
 - 4.1.1 Reflexos Municipais da Lei de Improbidade Administrativa;
 - 4.1.2 Compartilhamento de Controle Interno e Comissão de Licitação entre Poderes;
 - 4.1.3 Regime de Precatórios Municipais;
 - 4.1.4 Processo, Técnica e Redação Legislativas;
 - 4.1.5 Atuação em Comissões Processantes;
 - 4.2 Atuação Judicial;
 - 4.2.1 Fazenda Pública e suas Prerrogativas;
 - 4.2.2 Controle de Constitucionalidade de Normas Municipais;
 - 4.2.3 O Procurador e os Processos Licitatórios no âmbito da Lei 14.133/20;
 - 4.2.4 Execução e Protesto da Dívida Ativa;
 - 4.2.5 Informações no Mandado de Segurança.



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0009

General Carneiro, 19 de maio de 2023.

Certifico que conferi e constam nos autos os seguintes documentos da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME:

- 01 Certidão de regularidade de CNPJ
- 02 Requerimento de Empresário
- 03 Certidão negativa municipal
- 04 Certidão negativa estadual
- 05 Certidão negativa federal-INSS
- 06 Certidão de regularidade do FGTS
- 07 Certidão negativa de débitos trabalhistas

Certifico também que é inviável realizar pesquisa de mercado quanto à prestação de serviço objeto deste procedimento administrativo por se referir a procedimento de inexigibilidade, conforme já foi informado pela Sr.^a Presidente da Mesa Executiva a mesma já indicou qual empresa prestaria o serviço no início do procedimento administrativo. Por estas razões está prejudicada a análise e comparação de preços, já que se trata de serviço de natureza singular, conforme os termos da solicitação (fls 1,2,3,4). Ressalta-se que a justificativa de preço constará de termo assinado pela Sr.^a Presidente da Mesa Executiva e não da Comissão de Licitação, uma vez que a Comissão deve acompanhar integralmente apenas os processos de licitação e não os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação os quais demandam procedimentos administrativos simplificados, sendo portanto, atribuição do ordenador da despesa apresentar as justificativas e as fundamentações da contratação direta.

Maikon Nickson dos Santos
Maikon Nickson dos Santos

Presidente da Comissão de Licitação

Recebi em

19.05.23 *[Assinatura]*

Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro – PR.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.137.995/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/06/2010
NOME EMPRESARIAL SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) NS TREINAMENTO E CAPAC. PROF. EM GESTAO PUBLICA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R RAMIRO BARCELOS	NÚMERO 152	COMPLEMENTO *****
CEP 85.955-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARIPA
		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (44) 3687-1000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/06/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/05/2023** às **13:32:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

0011

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 12.137.995/0001-16
NOME EMPRESARIAL: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA
CAPITAL SOCIAL: R\$1.000,00 (Hum mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ



REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VISO

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



0012

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)			
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviações) NORMÉLIO SCHNEIDER					
NACIONALIDADE BRASILEIRA			ESTADO CIVIL Separado(a) judic.		
SEXO <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	REGIME DE BENS (se casado)				
FILHO DE (pai) GUIDO SCHNEIDER			(mãe) HEDA SCHNEIDER		
NASCIDO EM (data de nascimento) 41-01-961	IDENTIDADE número 2.183.197-2	Órgão emissor SSP	UF PR	CPF (número) 645.000.049-04	
EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor)					
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc.) RUA RAMIRO BARCELOS					NÚMERO 152
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85955-000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)		
MUNICÍPIO MARIPÁ				UF PR	
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do PARANÁ:					
CÓDIGO DO ATO 080	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	CÓDIGO DO EVENTO 080	DESCRIÇÃO DO EVENTO INSCRIÇÃO		
CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	CÓDIGO DO EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO		
NOME EMPRESARIAL SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA					
LOGRADOURO (rua, av, etc.) RUA RAMIRO BARCELOS					NÚMERO 152
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO	CEP 85955000	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (Uso da Junta Comercial)		
MUNICÍPIO MARIPÁ		UF PR	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)	
VALOR DO CAPITAL - R\$ 1.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) HUM MIL REAIS				
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade principal 8599-6/04 Atividades secundárias 8599-6/99	DESCRIÇÃO DO OBJETO TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE				
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 01-07-2010	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior		UF	USO DA JUNTA COMERCIAL ESPERANTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 3 - NÃO
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA					
DATA DA ASSINATURA 17-06-2010	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO				

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE
Junta Comercial do Paraná
Daniel de Andrade
RG 3.285.371-4
Escritório de Assis Chateaubriand
24 JUN. 2010

AUT
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
AGÊNCIA REGIONAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
CERTIFICADO O REGISTRO EM 24/06/2010
SOB NÚMERO 411.6844951
Protocolo: 10/653783-0, DE 24/06/2010
SCHNEIDER - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
LUIZ CARLOS SÁLVARO
SECRETARIO GERAL

Junta Comercial do Paraná
Daniel de Andrade
RG 3.285.371-4
Escritório de Assis Chateaubriand



0013

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº 976/2023

Contribuinte

Nome/Razão:	83615 - SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA-ME		
CNPJ/CPF:	12.137.995/0001-16		
Endereço:	RUA RAMIRO BARCELOS, 152		
Complemento:			
Bairro:	CENTRO	Cidade:	Maripá - PR

Finalidade

--

CERTIFICO, para os devidos fins que, de conformidade com as informações prestadas pelo órgãos competentes desta Prefeitura, que para o contribuinte acima identificado, **NÃO CONSTA DÉBITOS VENCIDOS** referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até presente data.

Em Firmeza do que eu, , passei e digitei a presente certidão, que não apresentando rasuras, emendas ou entrelinhas, vai por mim conferida, visada e assinada.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente constadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

A presente Certidão é válida por 60 (sessenta dias). Cópias desta somente terão validade se conferidas com a original.

Validade até: 18/07/2023

Maripá/PR, 19 de maio de
2023



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

0014

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030527539-44

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **12.137.995/0001-16**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/09/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

0015

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA
CNPJ: 12.137.995/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:18:19 do dia 18/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/11/2023.

Código de controle da certidão: **626F.535A.7BBC.0271**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 12.137.995/0001-16
Razão Social: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GES
Endereço: RUA RAMIRO BARCELO 152 / CENTRO / MARIPA / PR / 85955-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/05/2023 a 08/06/2023

Certificação Número: 2023051001411257426746

Informação obtida em 19/05/2023 13:34:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0917

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 12.137.995/0001-16
Certidão n°: 21550187/2023
Expedição: 19/05/2023, às 13:35:10
Validade: 15/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM GESTAO PUBLICA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **12.137.995/0001-16**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0018

General Carneiro, 19 de maio de 2023.

Certifico que nesta data, em conformidade com as exigências da Exma. Sr.^a Presidente da Mesa Executiva, encaminhei os autos do Processo Administrativo nº 007/2023, Inexigibilidade de Licitação nº 007/2023 para o departamento contábil, conforme requerido pela Presidente através da solicitação de 19/05/2023.

Maikon Nickson dos Santos
Maikon Nickson dos Santos

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

Folha: 1/1

CNPJ: 00.310.922/0001-03
Rua Santos Dumont, 337
C.E.P.: 84660-000 - General Carneiro - PR

0019

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
 - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
 - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nr. Processo Adm. / Ano: 7/2023
Data do Processo Adm.: 19/05/2023
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Objeto do Processo Adm.: Contratação de empresa para que seja ministrado o curso com o tema "CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E JURISTA", nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2023, a ser realizado no Município de Curitiba - PR.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: CAMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Disponível	Valor Previsto
7	01.01	2.001	3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.48.00.00.00	104.501,43	2.690,00
					Total Previsto:	2.690,00
					Total Geral:	2.690,00

General Carneiro, Em/...../.....

ANA PAULA
BENDLIN

HEIL:03291624971

Assinado de forma digital
por ANA PAULA BENDLIN
HEIL:03291624971
Dados: 2023.05.19
13:34:56 -03'00'

Assinatura do Responsável



PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2023 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2023

JUSTIFICATIVA:

1. Caracterização da Situação e Outras Considerações:

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, tem a necessidade de efetuar a capacitação dos agentes públicos integrantes do Poder Legislativo Municipal através de curso que tratará do sobre o tema CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA.

2. Descrição do Objeto:

Contratação da Empresa para que seja ministrado curso sobre o o tema CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA, nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2023, a ser realizado no Município de Curitiba-PR.

A contratação da empresa para a realização do curso terá valor total de R\$ 2.690,00 (dois mil seiscientos e noventa reais) e o conteúdo programático segue abaixo:

OS PROCESSOS NO TRIBUNAL DE CONTAS

1.1 Responsabilização da nova Prestação de Contas Conforme o STF e o TCE/PR.

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

2.1 Competência e Controle

O PROCURADOR SERVIDOR

3.1 Regime Funcional Especial; 3.1.1 Questões Gerais; 3.1.2 Controle de Frequência e Carga Horária; 3.1.3 Regime de Trabalho Remoto; 3.1.4 Tempo Integral e Dedicção Exclusiva; 3.2 Honorários Sucumbenciais; 3.3 Responsabilidade Pessoal do Parecer; 3.4 Cargos e Comissão e Funções Gratificadas; 3.5 Incompatibilidade e Impedimentos na Advocacia Privada; 3.6 Possibilidades de Contratação e Terceirização.

O PROCURADOR JURISTA

4.1 Atuação Administrativa; 4.1.1 Reflexos Municipais da Lei de Improbidade Administrativa; 4.1.2 Compartilhamento de Controle Interno e Comissão de Licitação entre os Poderes; 4.1.3 Regime de Precatórios Municipais; 4.1.4 Processo, Técnica e Redação Legislativa; 4.1.5 Atuação em Comissões Processante; 4.2 Atuação Judicial; 4.2.1 Fazenda Pública e suas Prerrogativas; 4.2.2 Controle de Constitucionalidade de Normas Municipais; 4.2.3 O Procurador



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2023 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2023

e os Processos Licitatórios no Âmbito da Lei 14.133/20; 4.2.4 Execução e Protesto de Dívida Ativa; 4.2.5 Informações no Mandado de Segurança.

A Contratação pretendida se efetivará mediante a prestação de serviço relacionada ao curso supramencionado.

3. Razão da Escolha

A inexigibilidade de licitação está fundamentada nos termos do artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93, uma vez que é inviável realizar licitação no presente caso as características do próprio serviço a ser contratado não permitem a adoção de critérios objetivos quanto a escolha. Nesse sentido, o serviço a ser contratado assume características de natureza singular, autorizado o administrador público a optar mediante juízo discricionário pela proposta que melhor atenda aos interesses públicos.

A Administração da Câmara Municipal de General Carneiro, ao analisar o caso concreto entende por bem proceder pela inexigibilidade de licitação em favor da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, tendo em vista que o mesmo se propôs a realizar os trabalhos nas melhores condições para a Câmara Municipal e que apresentou preço compatível ao praticado no mercado, demonstrando possuir qualificação técnica para desempenho dos serviços, conforme a proposta em anexo.

Cabe ressaltar que a empresa cumpre as condições legais, pois apresentou as certidões negativas, quanto à regularidade junto a Receita Federal, ao Estado e ao Município, em obediência às disposições contidas na lei n.º 8.666/93.

4. Justificativa do Preço:

O preço a ser pago ao contratado será R\$ 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais) pelo curso de capacitação e aperfeiçoamento.

O valor a ser pago pela prestação do serviço supramencionados enquadra-se na seara do plausível a ser pago pela Administração Pública, que tem o dever de respeitar entre outros o Princípio da Razoabilidade. Destaque-se inclusive que o curso não terá outras despesas conexas não havendo por parte da Câmara Municipal qualquer outro custo com a contratação além daquele discriminado neste processo de inexigibilidade. Ressalte-se que o presente processo administrativo respeita os preceitos legais da Lei 8.666/93 e constitucionais, previstos no Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2023 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2023

5. Recursos Orçamentários

Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas decorrentes da contratação ficam a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Poder Legislativo
Unidade: 01
Projeto/atividade: 2.001
Elemento: 3.3.90.39
Despesa: 7
Saldo atual: R\$ 104.501,43

6. Vigência

A Contratação pretendida se efetivara mediante a prestação dos serviços acima descritos, razão pela qual a contratação produz efeitos imediatos sem que cogite do prolongamento de seus efeitos, portanto prescindível a formalização de instrumento contratual solene, entretanto como o pagamento está condicionado a trinta dias após a efetiva entrega total dos bens e/ou prestação do serviço, a presente contratação terá VIGÊNCIA CORRESPONDENTE A 30 DIAS DA AUTORIZAÇÃO.

7. Forma de Pagamento

O pagamento pelos serviços prestados será efetuado em parcela única em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos bens e a prestação dos serviços, com a emissão da nota fiscal.

General Carneiro, 19 de maio de 2023.


Sandra Aparecida Trisnoski Scheibe
PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

AB
0023

General Carneiro, 19 de maio de 2023.

Certifico que nesta data, em conformidade com as exigências da Exma. Sr.^a Presidente da Mesa Executiva, encaminhei os autos do Processo Administrativo nº 007/2023 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2023 para o departamento Jurídico, conforme requerido pela Presidente através da solicitação de 19/05/2023.

Maikon Nickson dos Santos
Maikon Nickson dos Santos
Presidente da Comissão de Licitação



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0024

Parecer Jurídico ao Processo n.º 007/2023 – Inexigibilidade n.º 007/2023

Objeto: contratação de curso sobre o tema: CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS – PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E JURISTA, a ser realizado no Município de Curitiba-PR nos dias 23, 24 e 25 de Maio de 2023,.

Por força do disposto no inciso VI do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta assessoria jurídica, para análise e emissão de parecer do processo de inexigibilidade de licitação em epígrafe, com a justificativa da compra direta assim assentada *“em virtude das características do próprio objeto ou do negócio a ser contratado, haja vista que para o serviço de treinamento e capacitação, neste caso em específico, não é possível a adoção de elementos objetivos para escolha do prestador do serviço, e ainda por “o serviço a ser contratado assume características de serviço de natureza singular, pois o treinamento é específico na matéria supramencionada”*, conforme justificativa constante da solicitação, e atendendo às disposições legais.

A contratação direta portanto foi justificada pelo Presidência da Câmara, sob o argumento da impossibilidade de competição, visto que, é a única a prestar o serviço mencionado nas datas mencionadas, e relativamente aos temas indicados, configurando hipótese de inexigibilidade de licitação.

A Lei 8.666/93 estabelece como regra geral para contratações a adoção de processo licitatório. A modalidade de Compra Direta por Inexigibilidade é uma modalidade excepcional prevista pela legislação, possível desde que em conformidade com o



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

199
0025

objetivo constitucional, o princípio da igualdade de condições e adoção da proposta mais vantajosa para o interesse público, de conformidade com o Art. 25, inciso II da referida lei:

São os casos em que se demonstra inviável a competição mediante licitação, e que a lei faculta ao administrador público sua contratação direta, conforme a justificativa apresentada: *A Administração da Câmara Municipal de General Carneiro, ao analisar o caso concreto entende por bem proceder pela inexigibilidade de licitação em favor da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, tendo em vista que o mesmo se propôs a realizar os trabalhos nas melhores condições para a Câmara Municipal e que apresentou preço compatível ao praticado no mercado, demonstrando possuir qualificação técnica para desempenho dos serviços.*

Salientado que a contratação direta, mediante inexigibilidade, não afasta a necessidade de apresentação de documentos mínimos de habilitação, devendo ser instruído, no que couber, com os elementos constantes do artigo 26, parágrafo único, incisos II a III da Lei nº 8.666/93, que estabelece os critérios legais para a contratação direta, seja para os casos de dispensa ou inexigibilidade:

“Art. 26 (...).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

II- razão da escolha do fornecedor ou executante;

III- justificativa de preço.”

O procedimento de compra direta ainda deverá ser instruído com a) solicitação do serviço; b) justificativa da escolha do contratado, c) justificativa da opção pela compra direta na modalidade de inexigibilidade, bem como de d) parecer contábil que ateste a



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

0026

existência de saldo orçamentário. Por sua vez, a contratação e o pagamento da despesa deverá estar condicionado à apresentação, pelo contratado, de todos os documentos referenciados na Lei 8.666/93 relativos à regularidade Fiscal, o que deverá ser certificado pela Comissão de Licitações.

Ressalte-se que a competência desta Advocacia da Câmara Municipal não permite a análise do mérito da existência ou não da inviabilidade de competição, da singularidade do serviço ou não, dos critérios de escolha do fornecedor do serviço, bem como da adequação do preço do serviço, o que deverá ser atestado/justificado pela Comissão de Licitação.

Assim, se preenchidos tais requisitos, e se estiverem os valores orçados compatíveis aos praticados no mercado, a requisição de aquisição do serviço, *Latu Sensu*, reúne condições de legalidade. Quanto à oportunidade e conveniência, deverá o presente processo ser submetido à apreciação do Presidente da Câmara, para decisão, salientando-se que a contratação é ato discricionário do ordenador da despesa, e que o presente parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando o Ordenador da Despesa em sua motivação ou conclusão, não estando na alçada de Competência desta Advocacia a análise do mérito da oportunidade e conveniência na contratação do seu objeto. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

27

oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança n° 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.

É o Parecer, sob Censura.

Câmara de Vereadores de General Carneiro 19 de Maio de 2023.

MARCELO DALTON

Assinado de forma digital por MARCELO

DALMOLIN:78799619920

DALTON DALMOLIN:78799619920

Dados: 2023.05.19 17:09:12 -03'00'

MARCELO DALTON DALMOLIN

Advogado da Câmara Municipal de Vereadores de General Carneiro – PR.,

OAB n.º 59.646



Câmara Municipal

General Carneiro - Estado do Paraná

Pág. 1

0028

RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023-INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2023.

AUTORIZAÇÃO/ RATIFICAÇÃO

Eu, Sandra Aparecida Trisnoski Scheibe, Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro PR, no uso das atribuições legais e em conformidade com informações contidas no processo administrativo nº 007/2023 – inexigibilidade de licitação nº 007/2023, **autorizo e ratifico** a Contratação em favor da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, CNPJ nº 12.137.995/0001-16, mediante **inexigibilidade de licitação**, com fundamento no termos do artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93, e suas alterações, para contratação de empresa para que seja ministrado curso sobre o tema CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA. Curso este que será oferecido a 01 agente público (servidor) desta Casa de Leis, tendo em vista a exigência e necessidade dos serviços de treinamento e aperfeiçoamento. A contratação da empresa para a realização do curso terá o valor total de R\$ 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais).

A Contratação pretendida se efetivara mediante entrega dos serviços supramencionados desde que estejam de acordo com as especificações constantes da solicitação da contratação, oportunidade na qual se emitirá o respectivo empenho e o pagamento pelos serviços prestados será efetuado em parcela única em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos bens e/ou a prestação dos serviços, com a emissão da nota fiscal, razão pela qual a contratação terá vigência de 30 dias a partir da autorização.

Registre-se e Publique-se.

General Carneiro, 19 de maio de 2023.


Sandra Aparecida Trisnoski Scheibe
PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023-
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2023.

0029

**RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
007/2023-INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
007/2023.**

AUTORIZAÇÃO/ RATIFICAÇÃO

Eu, Sandra Aparecida Trisnoski Scheibe, Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro PR, no uso das atribuições legais e em conformidade com informações contidas no processo administrativo nº 007/2023 – inexigibilidade de licitação nº 007/2023, **autorizo e ratifico** a Contratação em favor da empresa SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA – ME, CNPJ nº 12.137.995/0001-16, mediante **inexigibilidade de licitação**, com fundamento no termos do artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93, e suas alterações, para contratação de empresa para que seja ministrado curso sobre o tema CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA. Curso este que será oferecido a 01 agente público (servidor) desta Casa de Leis, tendo em vista a exigência e necessidade dos serviços de treinamento e aperfeiçoamento. A contratação da empresa para a realização do curso terá o valor total de R\$ 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais).

A Contratação pretendida se efetivara mediante entrega dos serviços supramencionados desde que estejam de acordo com as especificações constantes da solicitação da contratação, oportunidade na qual se emitirá o respectivo empenho e o pagamento pelos serviços prestados será efetuado em parcela única em até 30 (trinta) dias após a entrega total dos bens e/ou a prestação dos serviços, com a emissão da nota fiscal, razão pela qual a contratação terá vigência de 30 dias a partir da autorização.

Registre-se e Publique-se.

General Carneiro, 19 de maio de 2023.

SANDRA APARECIDA TRISNOSKI SCHEIBE
Presidente da Mesa Executiva

Publicado por:
Alexander Martendal
Código Identificador:14878CE7

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 22/05/2023. Edição 2775

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PM
0030

[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

Entidade Executora CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

Ano* 2023

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* 7

Modalidade* Processo Inexigibilidade

Número edital/processo* 7

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Instituição Financeira

Contrato de Empréstimo

Descrição Resumida do Objeto* Contratação de empresa para que seja ministrado curso sobre o tema CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I PRERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA.

Dotação Orçamentária* 33903900000000000000000000000000

Preço máximo/Referência de preço - R\$* 2.690,00

Data Publicação Termo ratificação 22/05/2023

Data de Lançamento do Edital

Data da Abertura das Propostas

Há itens exclusivos para EPP/ME?

Há cota de participação para EPP/ME?

Percentual de participação: 0,00

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?

Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?

Data Cancelamento

[Editar](#)

[Excluir](#)

CPF: 3291624971 ([Logout](#))

AMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

Nota de Empenho

Data: 22/05/2023

Nº do empenho : 110/23

Ordinário

Processo :

N.P.J.: 00.310.922/0001-03

Município: GENERAL CARNEIRO

Objeto: 01 - PODER LEGISLATIVO
Unidade: 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL
Funcional: 01.031.0001 - Atividade Legislativa Municipal
Objeto/Atividade: 2.001 - AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA
Obs. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
Código reduzido: 000007

0031

Dotação Inicial: 150.000,00
 Complementações: 0,00
 Anulações: 0,00
 Total (A): 150.000,00

Empenhos anteriores : 48.188,57
Valor do empenho : 2.690,00
Valor Anulado: 0,00
Total (B): 50.878,57
Saldo (A - B) : 99.121,43

Fornecedor: 7426 SCHNEIDER TREINAMENTO E CAP. PROFISSIONAL EM GESTÃO

Endereço: RUA RAMIRO BARCELOS, 152

N.P.J.: 12.137.995/0001-16

Banco:

Cidade: Maripá

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: PR

Fone: 44 36871484

Fax:

Especificação: 1

REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS (SERVIDORES) NO CURSO "CURSO ESSENCIAL DE ATUAÇÃO DE ADVOGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS I - PERROGATIVAS, DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR COMO SERVIDOR E COMO JURISTA.", NOS DIAS 23, 24 E 25 DE MAIO DE 2023, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR. CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 007/2023.

Fonte de recursos: Ordinário

Valor empenhado a importância de 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais)

Total geral : 2.690,00

Fundamento legal :

Modal. licitação : Inexigibilidade de Licitação com Processo

Contrato :

Número : 7/2023

Data :

Data : 19/05/2023

Data :

Carregado do serviço

Credor

SANDRA APARECIDA TRISNOSKI SCHEIBER
PRESIDENTE

ROBSON LUIZ DA CRUZ
RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTER

IA PAULA BENDLIN HEIL

CONTADORA

Liquidação

Declaro que o material/serviço foi fornecido/prestado

Responsável

NS TREINAMENTO E CAPAC. PROF. EM GESTAO PUBLICA
SCHNEIDER TREINAMENTO E CAPACITACAO PROFISSIONAL EM
GESTAO PUBLICA-ME
CNPJ: 12.137.995/0001-16
 RUA RAMIRO BARCELOS, 152
 CEP: 85955-000 - Bairro: CENTRO
 Município: MARIPA - PR
 Telefone: (44) 36871484
Insc. Municipal: 742

Número da NFS-e
1889



Situação
Emitido

0032

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - Série NFS-e



ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MARIPÁ
 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Autenticidade
0154870000850378

Data Emissão
24/05/2023

Hora Emissão
11:05:45

TOMADOR DO SERVIÇO

Razão Social
 CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CPF/CNPJ
 00.310.922/0001-03

Endereço
 Rua Santos Dumont, 337

Número

Complemento

Bairro
 CENTRO

CEP
 84660-000

Cidade - Estado
 GENERAL CARNEIRO - PR

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Serviço	Local Prest.	Alíquota	Sit. Trib.	Vlr. Trib.	Dedução	Vlr. ISSRF
802	7535	4.5179 %	TI	2.690,00	0,00	0,00

Descrição do Serviço:

Valor referente ao pagamento de 01 inscrição relativa ao Curso Essencial de Atuação de Advogados Públicos Municipais I. Prerrogativas, Direitos e Deveres do Procurador como Servidor e como Jurista., realizado no Hotel Nikko, na cidade de Curitiba PR, nos dias 23 a 25 de Maio de 2023.

Base de Cálculo	Valor ISSQN	Valor ISSRF	Desconto	Valor Total	Valor Líquido
2.690,00	SIMPLES NACIONAL	0,00	0,00	2.690,00	2.690,00
IR 0,00	INSS 0,00	CSLL 0,00	COFINS 0,00	PIS 0,00	

Descrição dos subitens da lista de serviço em acordo com Lei Complementar 116/03

802 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

Legenda do local da prestação do serviço

7535 - CURITIBA - PR

Outras Informações

TI - Tributada integralmente.

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
 Não gera direito a crédito fiscal de IPI

(802) Serviço Tributado no município do prestador.

Autorização para emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica: 12/2015 de 29/04/2015.

A data de vencimento do ISS quando o mesmo for devido no município do Prestador: 12/06/2023.

A veracidade das informações declaradas na NFS-e podem ser consultadas no site: www.nfs-e.net.

Valor aproximado dos tributos: Federais R\$ 361,81 (13.4500%), Estaduais R\$ 0,00 (0.0000%), Municipais R\$ 68,06 (2.5300%), com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT.